

# Evidências da metropolização brasileira captadas no Censo 2022\*

Evidence of Brazilian metropolization captured in the 2022 Census

Rosa MOURA [I]

## Resumo

Dados do Censo Demográfico de 2022, já disponibilizados, permitiram uma leitura das principais evidências da metropolização no País, percebidas na evolução da distribuição da população, do grau de urbanização, na consolidação das grandes concentrações urbanas, metropolitanas e não metropolitanas, e em seus vetores de expansão. Tal leitura se complementa apontando as principais características, em 2022, dos domicílios e suas condições de saneamento, e das pessoas residentes, em sua composição por cor ou raça, perfil etário e razão de sexos. Foram considerados quatro recortes de análise, que abrangem os 5.570 municípios brasileiros, minuciosamente cobertos pelo Censo. Como resultado da exploração desses dados, além de um retrato sucinto dos processos populacionais, pode-se apontar grandes desafios para a pesquisa, formulação de políticas públicas e gestão urbana.

**Palavras-chave:** metropolização; urbanização; processos populacionais; Censo Demográfico 2022.

## Abstract

*Data from the 2022 Population Census, already available, allowed us to analyze the main evidence of metropolization in Brazil, reflected in the evolution of population distribution, the degree of urbanization, the consolidation of large urban clusters, both metropolitan and non-metropolitan, and their vectors of expansion. The analysis is complemented by a description of the characteristics, in 2022, of households, their sanitation conditions, and residents (race or skin color, age profile, and gender ratio). Four analysis segments encompassed the 5,570 Brazilian municipalities, meticulously covered by the Census. The exploration of these data, in addition to portraying population processes, highlights major challenges for research, policy-making, and urban governance.*

**Keywords:** metropolization; urbanization; population processes; 2022 Population Census.



# Introdução

A essência deste trabalho está na origem e atualidade das informações do Censo Demográfico de 2022, disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para todos os municípios brasileiros, a partir de 2024, que foram exploradas em busca de características do processo de metropolização no Brasil. Entende-se a metropolização como o estágio mais avançado da urbanização, envolvendo a totalidade do território e engendrando dinâmicas de concentração e expansão urbanas. Processo que tem as metrópoles como produtos mais conhecidos, indo além, seja na composição de extensos conglomerados urbanos seja na expansão do espaço urbanizado a áreas cada vez mais distantes.

Algumas questões nortearam as análises: que transformações a distribuição e o crescimento da população e dos domicílios provocaram na configuração territorial do País? Que vetores de expansão se apontam e que mudanças morfológicas resultam do processo? Pode-se confirmar a consolidação das metrópoles, ou estas perdem importância no crescimento e concentração populacional, diante de elevadas taxas de crescimento de cidades de médio porte? Quais características da população e dos domicílios diferenciam o espaço metropolitano do restante do País? Os dados já publicizados oferecem respostas preliminares a essas questões e induzem hipóteses sobre o estágio atual e os caminhos da metropolização no território nacional.

Os registros selecionados, organizados e analisados para os 5.570 municípios, contemplam informações que versam sobre: distribuição, evolução e crescimento da população, situação do domicílio, características dos moradores por cor ou raça, idade e sexo, crescimento dos domicílios por tipo de uso,

média de moradores e condições de saneamento básico (rede de água, canalização interna, esgotamento sanitário, coleta de lixo e existência de banheiro).

Como recortes de análise, os municípios foram organizados entre aqueles que integram grandes e médias concentrações urbanas (IBGE, 2016) e os demais municípios. As grandes concentrações são compostas por “unidades urbanas” com mais de 750 mil habitantes; as médias concentrações, por unidades com população entre 100 mil e 750 mil habitantes. “Unidades urbanas” correspondem tanto a arranjos populacionais (APs) quanto a municípios que não configuram APs, compreendendo que um “arranjo populacional é o agrupamento de dois ou mais municípios onde há uma forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais” (ibid., p. 22).

O primeiro recorte analítico forma-se pelas grandes concentrações metropolitanas (GCMs). Agrega as 15 unidades classificadas na hierarquia urbana como metrópoles (IBGE, 2020): Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Campinas/SP, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, Manaus/AM, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, São Paulo/SP e Vitória/ES. Exceto Campinas, todas constituem capitais de unidades da federação (UFs). Reúne 213 municípios em 14 APs, além de Manaus, única unidade a não conformar AP.

O segundo recorte compõe-se das grandes concentrações não metropolitanas (GCNM) que correspondem a capitais de unidades da federação (UFs) – Aracaju/SE, Campo Grande/MS, Cuiabá/MT, João Pessoa/PB, Maceió/AL, Natal/RN, Porto Velho/RO, São Luís/MA e Teresina/PI –, como também a cinco unidades interioranas paulistas – Baixada Santista/SP, Jundiaí/SP, Ribeirão Preto/SP, São José dos

Campos/SP e Sorocaba/SP. Optou-se por incluir no mesmo recorte, pela relevância funcional que adquirem no interior de suas respectivas UFs, as quatro demais capitais estaduais, consideradas médias concentrações – Boa Vista/RR, Macapá/AP, Palmas/TO e Rio Branco/AC. O recorte soma 84 municípios em 18 unidades classificadas pelo IBGE na hierarquia urbana como capitais regionais, das quais apenas quatro não configuram APs.

As demais médias concentrações urbanas (MCs) integram o terceiro recorte, que incorpora 402 municípios, sendo 306 integrantes de 82 APs.<sup>1</sup> Segundo classificação na hierarquia urbana, 76 unidades são capitais regionais e 101, centros sub-regionais.

O conjunto de unidades com população inferior a 100 mil habitantes, ou demais municípios (DMs), compõe o quarto recorte. São 4.870 municípios, entre os quais se encontram 364 inseridos em APs.

As informações organizadas passaram por uma leitura comparativa dos recortes analíticos e, posteriormente, para o caso das grandes concentrações urbanas, foram analisadas as unidades internas componentes. A simples organização dos dados destacou a elevada presença de unidades urbanas plurimunicipais, os APs, que genericamente peculiarizam a metropolização. Predominam nas GCMs e GCNMs, são fortemente incidentes nas MCs, e emergentes no restante do território.

O texto organiza-se em cinco seções: a primeira resulta desta introdução, com anotações sobre os procedimentos operacionais da análise; na segunda foca-se a distribuição e evolução do crescimento populacional e da urbanização; na terceira se caracteriza a população residente; na quarta, volta-se aos domicílios e suas condições de saneamento; reservando para a quinta seção as considerações finais.

## Distribuição e evolução do crescimento e da urbanização

O Censo Demográfico de 2022 recenseou 203.080.756 pessoas residentes no Brasil, com um acréscimo, em relação ao Censo de 2010, de 12.324.957 pessoas. Vivem em áreas urbanas 177.508.417 pessoas, situando o grau de urbanização em 87,4%, enquanto o rural brasileiro abriga ainda o elevado contingente populacional de 25.572.339 pessoas.

Considerada nos quatro recortes de análise especificados, a população total tem maior proporção no conjunto dos DMs (37,4%), que é composto por 87,4% do total de municípios brasileiros (Tabela 1). A população urbana encontra-se em maior proporção e de forma concentrada nos municípios nas GCMs (39,2%), cujo conjunto se adensa em 3,8% do total de municípios do País.

O tamanho populacional de cada unidade das grandes concentrações destaca, entre as GCMs, os APs de São Paulo, com 20.673.280 habitantes, e o do Rio de Janeiro, com 11.760.550 (Gráfico 1). Fazem-se seguir por Belo Horizonte (4.963.704 habitantes) e Brasília (3.858.760).

Entre as CGMs, observou-se elevado incremento populacional no período 2010-2022, particularmente em algumas unidades já muito populosas em 2010, casos de São Paulo (1.043.886 novos residentes), Brasília (498.216), Goiânia (402.605) e Curitiba (328.134), como também de Florianópolis (300.066). Contrariamente, entre as que apresentaram perdas, os maiores decréscimos deram-se nos APs do Rio de Janeiro e de Salvador, respectivamente, de 186.064 e 162.239 habitantes.

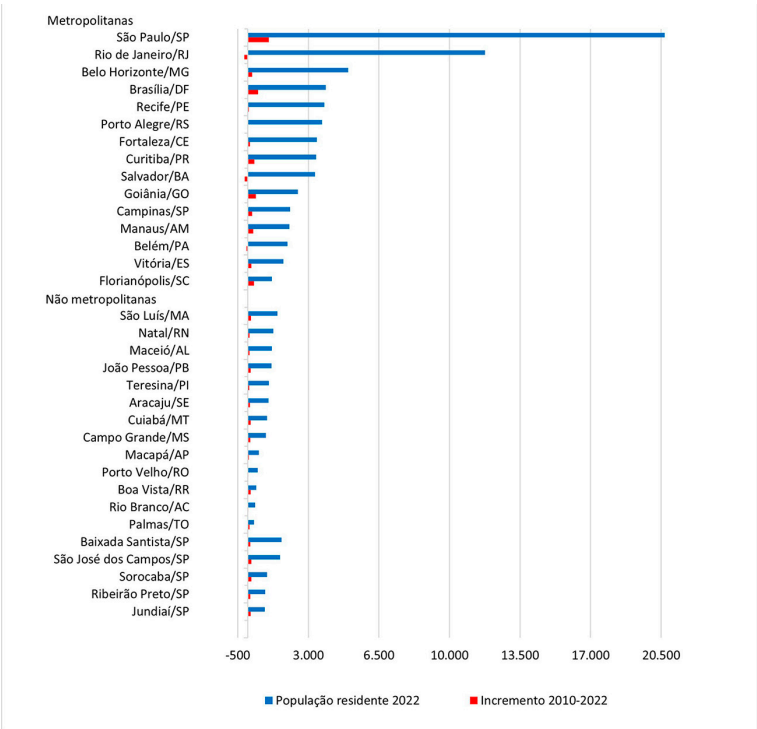
Das unidades que integram as GCNMs, o AP de São Luís foi o mais populoso entre as capitais de UFs, com 1.458.836 residentes; o

Tabela 1 – Brasil: número de municípios e população em 2022, segundo recortes de análise

| Recorte de análise                       | Municípios 2022 |                    | População 2022 |                    |             |                    |
|------------------------------------------|-----------------|--------------------|----------------|--------------------|-------------|--------------------|
|                                          | Número          | % no total do País | Total          | % no total do País | Urbana      | % no total do País |
| Grandes concentrações metropolitanas     | 214             | 3,8                | 70.382.416     | 34,7               | 69.534.435  | 39,2               |
| Grandes concentrações não metropolitanas | 84              | 1,5                | 17.026.271     | 8,4                | 16.610.526  | 9,4                |
| Médias concentrações                     | 402             | 7,2                | 39.732.654     | 19,6               | 37.201.641  | 21,0               |
| Demais municípios                        | 4.870           | 87,4               | 75.939.415     | 37,4               | 54.161.815  | 30,5               |
| Brasil                                   | 5.570           | 100,0              | 203.080.756    | 100,0              | 177.508.417 | 100,0              |

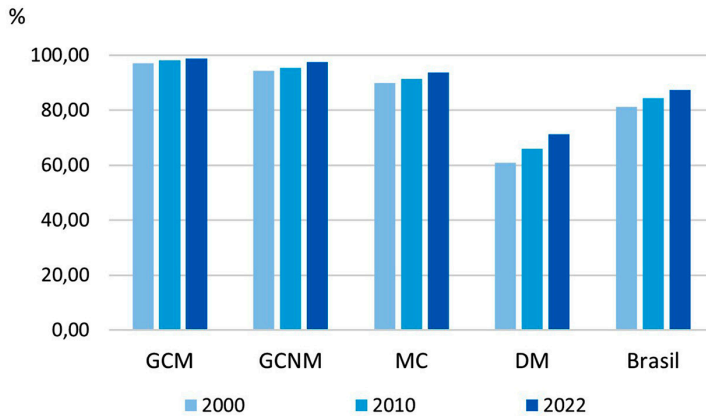
Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2022.

Gráfico 1 – Brasil: população residente 2022 e incremento da população 2010-2022 nas grandes concentrações urbanas (em 1 mil hab.)



Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

Gráfico 2 – Brasil: evolução do grau de urbanização segundo recortes de análise 2000, 2010 e 2022



Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

da Baixada Santista, com 1.672.991 habitantes em 2022, foi o maior entre as não capitais. Cabe destaque a Boa Vista, capital de UF que obteve o elevado incremento populacional de 129.173 novos residentes sobre sua população de 284.313 habitantes em 2010.

A situação de domicílio da população brasileira é majoritariamente urbana, com o País mantendo o grau de urbanização acima de 80% desde o ano 2000, tendo em seu território recortes que superam 90% nos três períodos analisados, caso das GCMs e GCNMs, ou nos dois períodos mais recentes, como as MCs (Gráfico 2). Esses recortes de análise demonstram uma evolução mais gradual ao longo do tempo, enquanto os DMs experimentam uma evolução mais abrupta e mais tardia, partindo de 60,9% em 2000 para 71,3% em 2022.

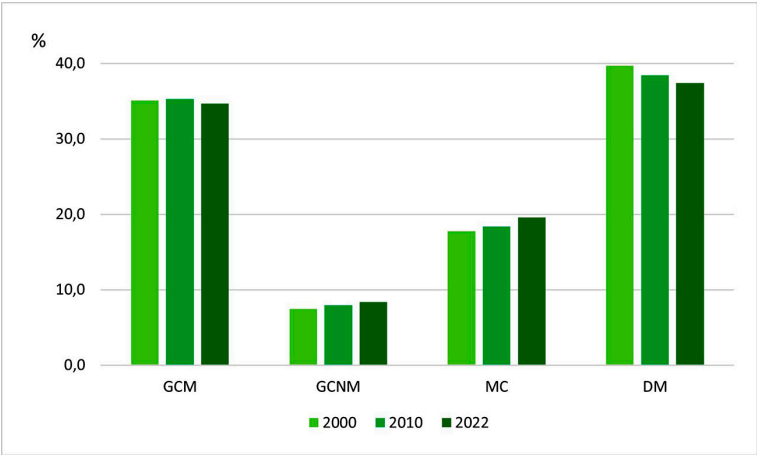
No conjunto das GCMs, em 2000, 97,1% da população residia em áreas urbanas, chegando a 98,8% em 2022. Oito de suas unidades superaram o grau de urbanização de 99% nesse período. Os APs de Curitiba e Brasília apresentaram os menores graus em 2022,

respectivamente 95,9% e 96,8%. Essas unidades também estavam entre as três menos urbanizadas no ano 2000, com graus de 93,5% e 95,4%, respectivamente. Florianópolis exibia, então, o grau de 94,6%, superando-as em 2022, com 97,8% da população em áreas urbanas.

O conjunto das GCNMs elevou seu grau de urbanização de 94,5%, em 2000, para 97,6% em 2022. Nele se encontram as unidades com os menores graus de urbanização entre as grandes concentrações urbanas brasileiras: os APs de Porto Velho (91,8%), Teresina (93,9%), Macapá (94,8%), além de Rio Branco (93,5%). O recorte das MCs em 2000 já apresentava 89,9% de sua população em áreas urbanas, atingindo 93,6% em 2022.

Similarmente ao grau de urbanização, a participação da população dos recortes de análise no total da população brasileira torna evidente que o conjunto das GCMs se manteve no patamar mais elevado, superior a 35% em 2000 e 2010, tangenciando esse percentual em 2022, quando participam com 34,7% (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Brasil: evolução da participação no total da população, segundo recortes de análise 2000, 2010 e 2022



Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

Esse foi o recorte que sofreu a mais abrupta diminuição na taxa geométrica de crescimento anual (TGCA) da população, de 1,22% a.a. entre 2000-2010 para 0,38% a.a. entre 2010-2022, ao mesmo tempo que absorveu 25,5% do incremento populacional do País no período (Tabela 2). Os DMs declinaram a participação de 39,7% a 37,4% nos mesmos períodos, como também as TGCAs, ora em

0,29% a.a., permanecendo abaixo da taxa do País. Essas pequenas perdas na participação desses dois recortes mais populosos resultaram em relativos ganhos pelos demais. Mesmo com TGCA em declínio, as MCs incorporaram o maior contingente do incremento populacional do período, 37,8%, que, distintamente das metrópoles, distribuiu-se em uma parcela maior do território.

Tabela 2 – Brasil: taxa geométrica de crescimento anual e incremento populacional 2010-2022, segundo recortes de análise

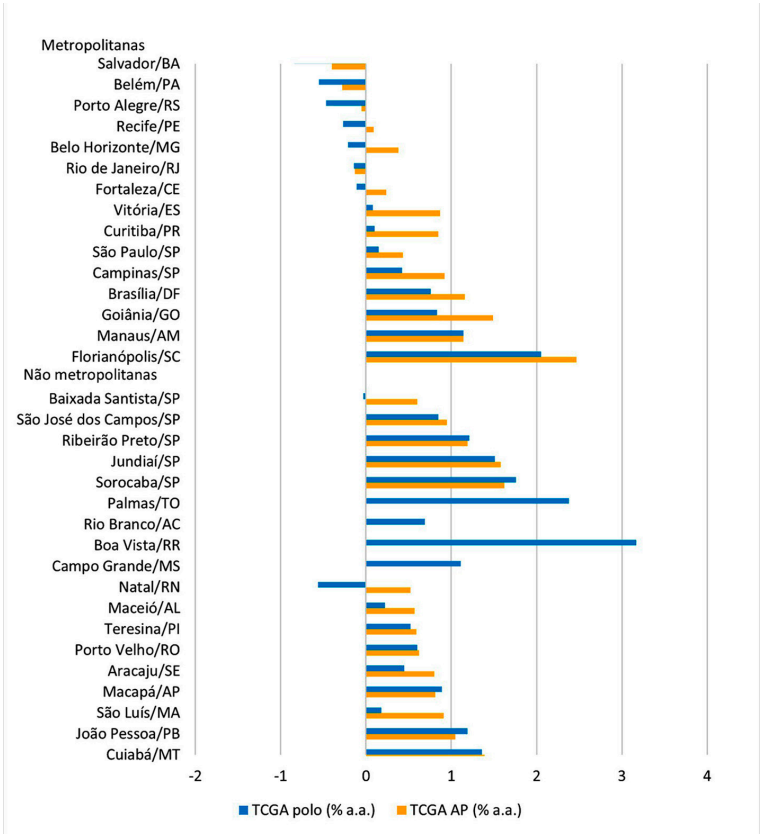
| Recorte de análise                       | TGCA (% a.a.) |           | Incremento 2010-2022 |
|------------------------------------------|---------------|-----------|----------------------|
|                                          | 2000-2010     | 2010-2022 |                      |
| Grandes concentrações metropolitanas     | 1,22          | 0,38      | 3.147.911            |
| Grandes concentrações não metropolitanas | 1,82          | 0,99      | 1.893.876            |
| Médias concentrações                     | 1,52          | 1,04      | 4.659.188            |
| Demais municípios                        | 0,84          | 0,29      | 2.623.982            |
| Brasil                                   | 1,17          | 0,52      | 12.324.957           |

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 2000, 2010 e 2022.

Nesse último intervalo, tomando como referencial a TGCA da população brasileira (0,52%), constata-se que 25% dos municípios cresceram até o valor dessa taxa do País; 15,1% atingiram seu dobro (1,04% a.a.); e 17,1% alcançaram taxas superiores ao dobro, incidentes majoritariamente nas grandes e médias concentrações urbanas. No contraponto, 42,8% dos municípios brasileiros perderam população, estando a maioria entre os DMs.

No interior das grandes concentrações urbanas, o comportamento das TGCA foi bem diversificado (Gráfico 4). Onze das 15 unidades classificadas como metropolitanas seguiram crescendo, apesar da diminuição das TGCA dos municípios-polo; algumas estabilizaram ou declinaram o ritmo de crescimento, contribuindo no incremento verificado em novas metrópoles ou unidades não metropolitanas.

Gráfico 4 – Brasil: TGCA da população dos APs e polos das grandes concentrações urbanas 2010-2022



Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

Alguns padrões de comportamento, conforme Moura (2024), podem ser sintetizados entre os recortes de análise:

Entre as unidades mais antigas das GCMs:

- perdas populacionais tanto nos polos quanto no conjunto dos demais municípios dos APs: casos de Belém, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador;

- desaceleração no ritmo do crescimento: caso dos APs de Belo Horizonte, Fortaleza e Recife, com crescimento negativo nos polos e inferior ao do País nos demais municípios;

- crescimento baixo no conjunto: caso dos APs de Curitiba e São Paulo, com polos a taxas, respectivamente, de 0,10% a.a. e 0,15% a.a., e no conjunto, de 0,85% a.a. na primeira, taxa superior ao País, e 0,43% a.a. na segunda.

Entre as metrópoles mais recentes, tendência geral de elevado crescimento, com maior peso em municípios periféricos:

- Florianópolis, com as mais elevadas TGCA, tanto no município polo (2,05% a.a.) quanto no AP (2,47% a.a.); Campinas e Vitória, com os APs crescendo mais que os municípios polos, particularmente Vitória, cuja taxa é a menor entre os polos metropolitanos (0,08% a.a.);

- Manaus, e os APs de Brasília e Goiânia, com os polos crescendo a taxas superiores à do País (respectivamente 1,14% a.a., 0,76% a.a. e 0,83% a.a.) e os relativos APs a taxas superiores ao dobro dessa.

Entre as GCNMs, crescimento superior à TGCA do Brasil:

- Boa Vista, capital de UF com a mais elevada TGCA (3,17% a.a.), obtendo um incremento populacional também elevado, certamente decorrente dos fluxos migratórios de venezuelanos;

- Palmas, Campo Grande e os APs de Cuiabá e João Pessoa também cresceram a taxas superiores ao dobro da do País, os dois primeiros com, respectivamente, taxas de 2,38% a.a. e 1,11% a.a., e o conjunto do AP dos dois últimos, 1,39% a.a. e 1,05% a.a.

- crescimento dos municípios periféricos em APs das capitais de UFs a taxas maiores que o dobro da do País e muito superiores às dos polos, particularmente nos APs de São Luís, Macaíó e Aracaju;

- perda de população entre 2010-2022 apenas no polo Natal (-0,56% a.a.), enquanto Extremoz, município de seu AP, apresentou a TGCA mais elevada entre os municípios de APs de capitais de UFs (7,96% a.a.).

No caso das MCs, crescimento elevado em 42,8% das unidades, com TGCA superiores ao dobro da do País, e 24,8% a taxas entre a média e o dobro da do País, apontando algumas especificidades:

- TGCA entre as mais elevadas em unidades localizadas em áreas do agronegócio e mineração, como também no litoral catarinense;

- incremento populacional superior a 100 mil pessoas em unidades situadas em áreas ligadas à mineração, agronegócio e agroindústria, e nas litorâneas/portuárias;

- TGCA superior a 2% a.a. em unidades com população acima de 200 mil habitantes classificadas como capitais regionais, consolidando centralidades interioranas;

- crescimento superior ao do País em unidades litorâneas em continuidade, próximas a metrópoles ou integradas a conglomerados metropolitanos existentes ou em formação;

- crescimento superior ao do País em unidades transfronteiriças.

Em conclusão, mesmo se observando uma desaceleração no ritmo de crescimento das grandes concentrações urbanas, particularmente as metropolitanas, e até mesmo a presença de taxas negativas em alguns polos, compartilhando uma tendência já observada em outros países e continentes, sua importância em relação à participação no total da população brasileira se mantém. Essas unidades apresentam um enorme potencial redistributivo da população seja no interior de seus APs seja entre



unidades vizinhas em que, embora crescendo menos, muitos de seus municípios continuam impulsionando o crescimento demográfico brasileiro (Cunha et al., 2020).

As informações censitárias analisadas apontam para a permanência de dinâmicas recorrentes nas GCMs mais recentes e nas GCNMs, com reprodução do padrão periférico de crescimento nos municípios do entorno dos polos, como suporte ao processo de expansão física das unidades. A distribuição espacial dos municípios e APs que apresentaram ganhos populacionais no período, também reforça o modelo de ocupação do território brasileiro, distribuindo-se nitidamente no entorno das metrópoles e capitais de UFs, em manchas de ocupação contínuas e semicontínuas, e fundamentalmente na linha da costa.

Tal processo, que sinaliza densificação interna e extensão regional, em alguns casos resulta em novas configurações espaciais peculiares da metropolização, como confirma a permanência do crescimento da metrópole de São Paulo, que aglutina ao AP metropolitano outras metrópoles e concentrações urbanas, dando origem ao conglomerado metropolitano reconhecido como “macrometrópole” – unidade formada, além do AP de São Paulo, pelo AP metropolitano de Campinas e pelos APs não metropolitanos da Baixada Santista, Jundiaí, São José dos Campos e Sorocaba (Abdal, 2009). Outros conglomerados podem ser apontados no entorno do Rio de Janeiro, Brasília-Goiânia, Porto Alegre, entre outros.

Nas médias concentrações urbanas e demais municípios, unidades unimunicipais e APs expoentes quanto ao crescimento passaram a integrar e adensar essas manchas contínuas de expansão, constituindo-se vetores do avanço da metropolização sobre o território. Demarcam

localizações predominantes ao longo de vias que interligam as grandes concentrações, como também que riscam o interior do território, em trechos que agrupam atividades da indústria, portuárias, do comércio e serviços, e em áreas de produção agropecuária, agroindustrial e de exploração de recursos minerais, interiorizando-se em direção às fronteiras nacionais e transpondo-as. Emergem ainda em pontos em meio às grandes manchas, também contínuas, formadas pelas unidades que tiveram perdas populacionais.

## Características da população

A população em cada recorte de análise adquire feições particulares, sem romper o padrão da composição por cor ou raça da população brasileira, com predomínio das pessoas que se autodeclararam pardas (45,3%) ou brancas (43,5%). As especificidades ocorrem em relação à presença superior a 10% da população autodeclarada preta nas GCMs e GCNMs, de certa forma condicionando a proporção do País; da população autodeclarada amarela, correspondente àquela de origem oriental, nas unidades metropolitanas; e da que se autodeclarou indígena, mais significativa nos demais municípios brasileiros (Tabela 3).

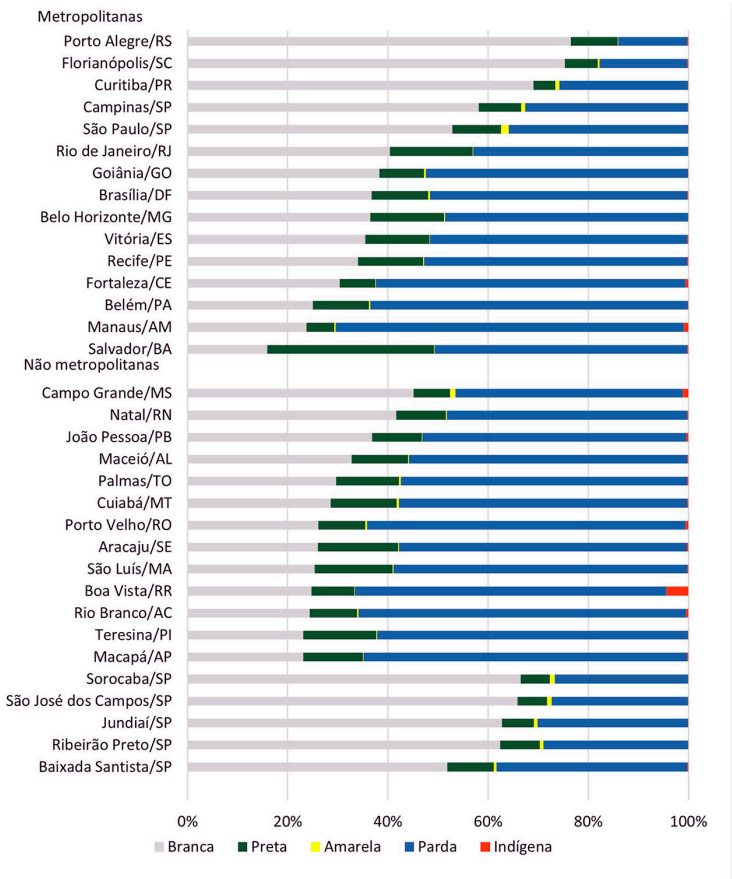
Focando especificamente as unidades internas às GCMs e GCNMs, observam-se particularidades acentuadas. Em 2022, a população branca predominava nas unidades do estado de São Paulo, em outras UFs da região Sudeste, e da Sul, chegando a 76,5% no AP metropolitano de Porto Alegre. Exceto nessas áreas, a população parda compunha mais de 45% do total das unidades, tendo o ápice de 69,6% na metrópole de Manaus (Gráfico 5).

Tabela 3 – Brasil: composição (em %) da população por cor ou raça em 2022, segundo recortes de análise

| Recorte de análise                       | Branca | Preta | Amarela | Parda | Indígena |
|------------------------------------------|--------|-------|---------|-------|----------|
| Grandes concentrações metropolitanas     | 44,8   | 12,1  | 0,7     | 42,2  | 0,2      |
| Grandes concentrações não metropolitanas | 41,4   | 10,3  | 0,4     | 47,5  | 0,3      |
| Médias concentrações                     | 50,5   | 9,1   | 0,4     | 39,7  | 0,3      |
| Demais municípios                        | 39,0   | 8,9   | 0,2     | 50,7  | 1,2      |
| Brasil                                   | 43,5   | 10,2  | 0,4     | 45,3  | 0,6      |

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2022.

Gráfico 5 – Brasil: proporção da população de cor ou raça nas grandes concentrações urbanas 2022



Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

Entre as populações minoritárias, a preta encontrava-se presente em todas as unidades, compondo valores superiores a 4% da população. Em maiores proporções, na região Nordeste, onde no AP metropolitano de Salvador correspondia a 33,3% da população, e nos APs das capitais não metropolitanas Aracaju e São Luís ultrapassava 15%, proporção similar ao AP do Rio de Janeiro, na região Sudeste. A amarela destacava-se entre os habitantes das unidades do estado de São Paulo, particularmente no AP metropolitano, onde perfazia 1,6% da população. Significativa também em Campo Grande (1,1%) e no AP de Curitiba (0,8%), unidades de UFs vizinhas. A presença indígena foi constatada na composição da população de todas as unidades, sendo mais proeminente naquelas das regiões Norte e Centro-Oeste, com a maior proporção nas capitais de UFs Boa Vista (4,4%) e Campo Grande (1,1%).

Destaca-se maior diversidade na composição por cor ou raça nos APs das duas maiores metrópoles brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro,

como também uma maior distribuição de indígenas e quilombolas nas grandes concentrações urbanas. No caso dessas duas populações, de modo geral, no território brasileiro, muitas pessoas viviam fora de seus territórios específicos. Os dados apontam que apenas 36,7% dos 1,7 milhão de indígenas viviam em Terras Indígenas oficialmente delimitadas e, em proporção menor ainda, só 12,6% dos 1,3 milhão de quilombolas viviam em territórios homologados.

Diferenças no perfil etário e na razão de sexos (RS) são nítidas entre os recortes analisados. Em 2022, a presença de mulheres superava a de homens no Brasil como um todo, em uma RS da ordem de 94,2 homens a cada 100 mulheres. A RS acentua-se no recorte das GCMs, com maior predominância de mulheres (90,2), reduzindo-se nos DMs, onde correspondia a 99 (Tabela 4). Entre as GCMs, o AP de Salvador apresentava a menor RS (85,6%), enquanto Manaus a maior (93,8); já nas GCNMs, as maiores e menores razões se encontravam, respectivamente, em Boa Vista (97,4) e no AP de Aracaju (87,7).

Tabela 4 – Brasil: índice de envelhecimento, idade mediana e razão de sexos da população total em 2022, segundo recortes de análise

| Recorte de análise                       | Razão de sexos <sup>1</sup> | Índice de envelhecimento <sup>2</sup> | Idade mediana (anos) <sup>3</sup> |
|------------------------------------------|-----------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|
| Grandes concentrações metropolitanas     | 90,2                        | 59,9                                  | 35,0                              |
| Grandes concentrações não metropolitanas | 91,5                        | 48,1                                  | 33,6                              |
| Médias concentrações                     | 93,9                        | 54,8                                  | 36,0                              |
| Demais municípios                        | 99,0                        | 53,3                                  | 35,4                              |
| Brasil                                   | 94,2                        | 55,2                                  | 35,0                              |

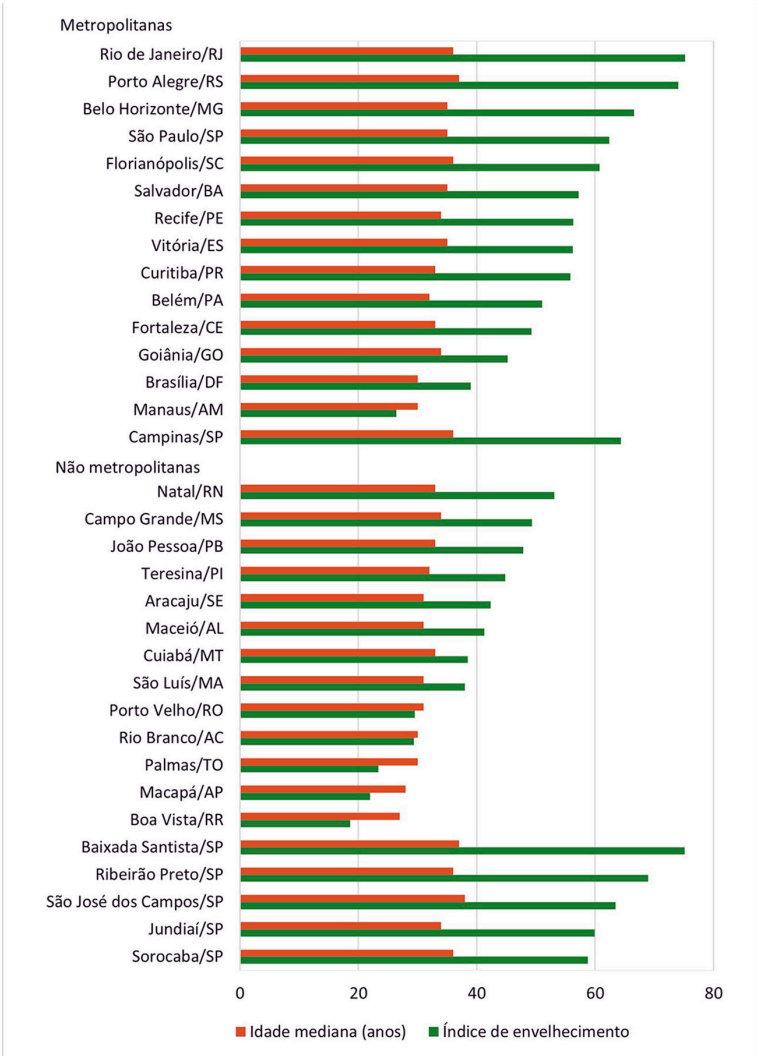
Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2022.

- 1) Razão: número de homens para cada 100 mulheres.  
2) Razão: pessoas com 65 anos ou mais para cada 100 de 0 a 14 anos de idade.  
3) Mediana: idade que separa a metade mais jovem da mais idosa da população.

O índice de envelhecimento (IE) e a idade mediana (IM) já não apresentam diferença tão linear entre os recortes. As GCMs possuíam, em 2022, população mais envelhecida que os demais recortes, com o IE na razão de 59,9; e as GCNMs, a mais jovem, com IE de 48,1. Esse é também o recorte com a menor IM, 33,6 anos, estando a mais elevada no recorte das MCs, 36 anos.

No tocante a RS, observa-se um comportamento mais homogêneo entre as unidades das grandes concentrações em análise. Porém, é notória a heterogeneidade dos dois outros indicadores. Entre as GCMs, o AP do Rio de Janeiro detinha o mais elevado IE, na razão de 75,2, e Manaus o menor, 26,4; nas GCNMs, o AP da Baixada Santista apresentava o IE de 75,2, enquanto Boa Vista o IE de 18,3 (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Brasil: índice de envelhecimento e idade mediana nas grandes concentrações urbanas 2022



Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

É também Boa Vista que respondia pela menor IM desse recorte, 27 anos, e o AP São José dos Campos pela maior, 38 anos. Das GCMs, o AP Porto Alegre se sobressaía com a maior IM, 37 anos, e o AP de Brasília e Manaus com a menor, 30 anos.

É importante observar que o conjunto de unidades metropolitanas descreve uma curva com os extremos superiores e inferiores mais elevados que o conjunto das capitais de UFs, podendo-se confirmar o envelhecimento da população e atribuir a um estágio mais avançado de metropolização. Chama a atenção o bloco constituído pelas unidades paulistas, que não desempenham o papel de capitais de UFs, incluindo entre elas o AP metropolitano de Campinas, com IEs e IMs superiores aos de muitas das unidades metropolitanas. No oposto, evidenciando unidades mais jovens e menos urbanizadas, os

menores valores extremos ocorrem nas capitais não metropolitanas da região Norte, juntando a essas a metropolitana Manaus.

## Domicílios e condições de saneamento

Do total de 90.704.582 domicílios registrados no País pelo Censo Demográfico de 2022, 79,9% eram particulares permanentes ocupados (DPPO), 12,6% estavam vagos, 7,4% tinham uso ocasional, apenas 0,1% eram particulares improvisados e outros 0,1% de uso coletivo. As GCMs apresentaram, no total dos DPPOs, a maior proporção de domicílios ocupados, 83,8%, e os DMs a maior de domicílios vagos, 13% (Tabela 5).

Tabela 5 – Brasil: participação no total de domicílios, média de moradores em 2010 e 2022, e taxas de crescimento anual 2010-2022, dos domicílios ocupados e da população, segundo recortes de análise

| Recorte de análise                       | Domicílio particular permanente 2022 (% no total do recorte) |         | Média moradores dom. ocupados |      | TCGA 2010-2022 (% a.a.) |                 |
|------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|---------|-------------------------------|------|-------------------------|-----------------|
|                                          | % ocupado                                                    | % vagos | 2010                          | 2022 | Dom. ocupados           | População total |
| Grandes concentrações metropolitanas     | 83,8                                                         | 12,3    | 3,20                          | 2,70 | 1,81                    | 0,38            |
| Grandes concentrações não metropolitanas | 79,5                                                         | 12,4    | 3,40                          | 2,86 | 2,44                    | 0,99            |
| Médias concentrações                     | 79,9                                                         | 12,2    | 3,25                          | 2,76 | 2,42                    | 1,04            |
| Demais municípios                        | 76,4                                                         | 13,0    | 3,43                          | 2,87 | 1,79                    | 0,29            |
| Brasil                                   | 79,9                                                         | 12,6    | 3,31                          | 2,79 | 1,97                    | 0,52            |

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 2010 e 2022.

Comparativamente ao Censo de 2010, a média de moradores por domicílio declinou em todos os recortes, encontrando-se bastante equilibrada em torno de 2,7 a 2,9 moradores. O País, em 2010, tinha em média 3,3 moradores por domicílio, reduzindo para 2,8 em 2022. Nesse ano, as maiores médias encontravam-se nas GCNMs e nos DMs – ambas 2,9 moradores.

Análises realizadas sobre as unidades do recorte das GCMs apontam que as maiores reduções ocorreram nos APs metropolitanos de Belém e de Fortaleza, e em Manaus; entre as GCNMs, no AP de São Luís (Moura, 2024). As unidades no norte do País, mesmo com declínio, foram as que apresentaram as mais elevadas médias, casos de Macapá, seguida por Boa Vista, respectivamente 3,6 e 3,4 moradores por domicílio em 2022; a menor média encontrava-se no AP da Baixada Santista, 2,5 moradores.

Também foi geral, entre 2010-2022, o crescimento do número de domicílios ocupados em todos os recortes de análise, majoritariamente apresentando taxas anuais superiores às do crescimento da população. No País, a TGCAO dos DPPOs foi de 1,97% ao ano, bem mais elevada que a da população, 0,52% a.a. Nos recortes de análise, o diferencial entre as taxas é mais significativo nas GCNMs e nos DMs. Mesmo unidades com perdas populacionais tiveram elevação do número de domicílios (Gráfico 7), o que sinaliza a necessidade de uma análise sobre o que induziu a esse comportamento. Acompanhando o crescimento da população, o crescimento do número de DPPOs nas GCMs foi maior nos APs do que nos polos; já nas GCNMs, algumas unidades fugiram a esse padrão, mantendo nos polos um crescimento mais elevado.

Outra informação do Censo que requer maior reflexão é a proporção de DPPs vagos, superior a 12% do total em todos os recortes de análise. Entre as GCMs as proporções variaram de 16,8% do total, no AP de Salvador, a 9,9% no de Florianópolis (Gráfico 8). Entre as GCNMs, a de Porto Velho teve a maior proporção, 18%, e a de Boa Vista a menor, 7,1%.

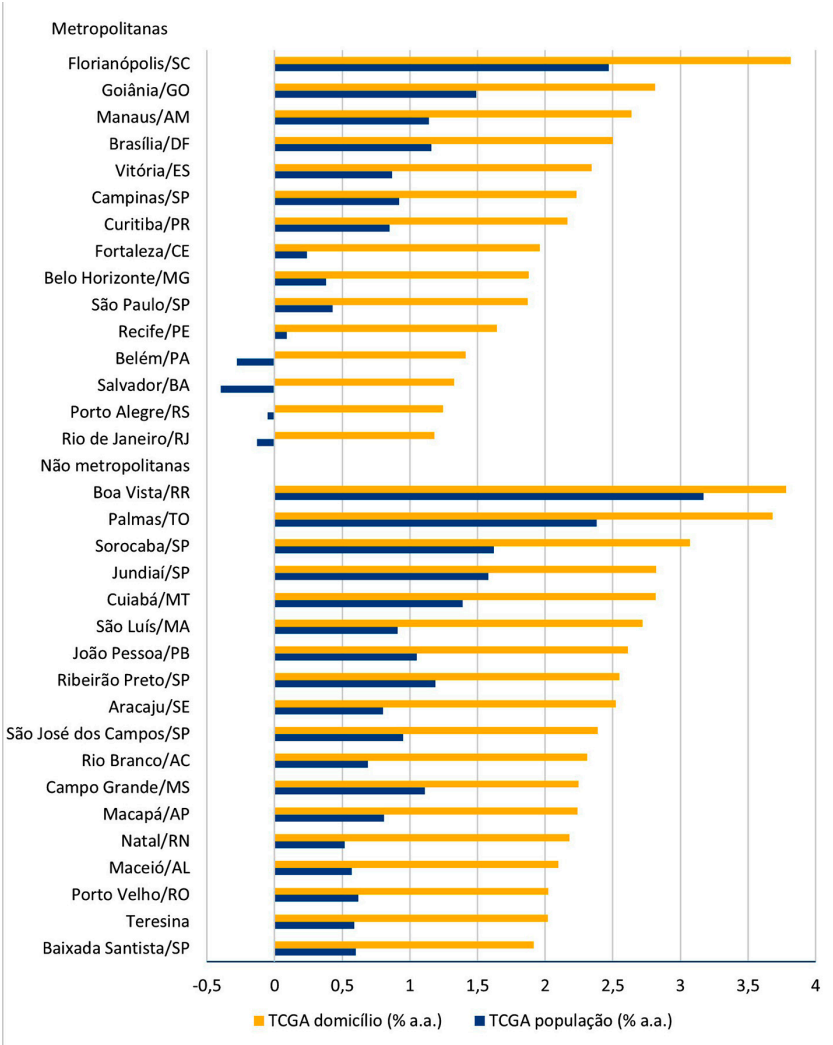
O AP de Porto Alegre apresentou a maior diferença, com o polo registrando 14,7% dos DPPs vagos contra 12,8% no AP como um todo. Com diferenças inferiores a 1 ponto percentual, os polos dos APs de São Paulo, Goiânia e Rio de Janeiro também apresentaram maiores proporções que os respectivos APs. Entre as GCNMs, a da Baixada Santista registrou 8,8% dos DPPs vagos, enquanto o polo, Santos, 10,1%; e o AP de João Pessoa, 14,9%, com o polo registrando 15,6% de vagos.

Entre as médias concentrações se constatou o mesmo comportamento, com 43 unidades urbanas apresentando mais de 15% de DPPs vagos, o que perfazia 10,7% do total, tendo como caso extremo Quixaba, na Paraíba, com 23% de domicílios vagos.

Tanto o crescimento do número de domicílios quanto a elevada proporção de domicílios vagos remetem ao paradoxo de acontecerem em um país no qual, em 2022, se registrou um déficit habitacional de 6,2 milhões de domicílios, o que representa 8,3% do total de habitações ocupadas no Brasil (Fundação João Pinheiro, 2024).

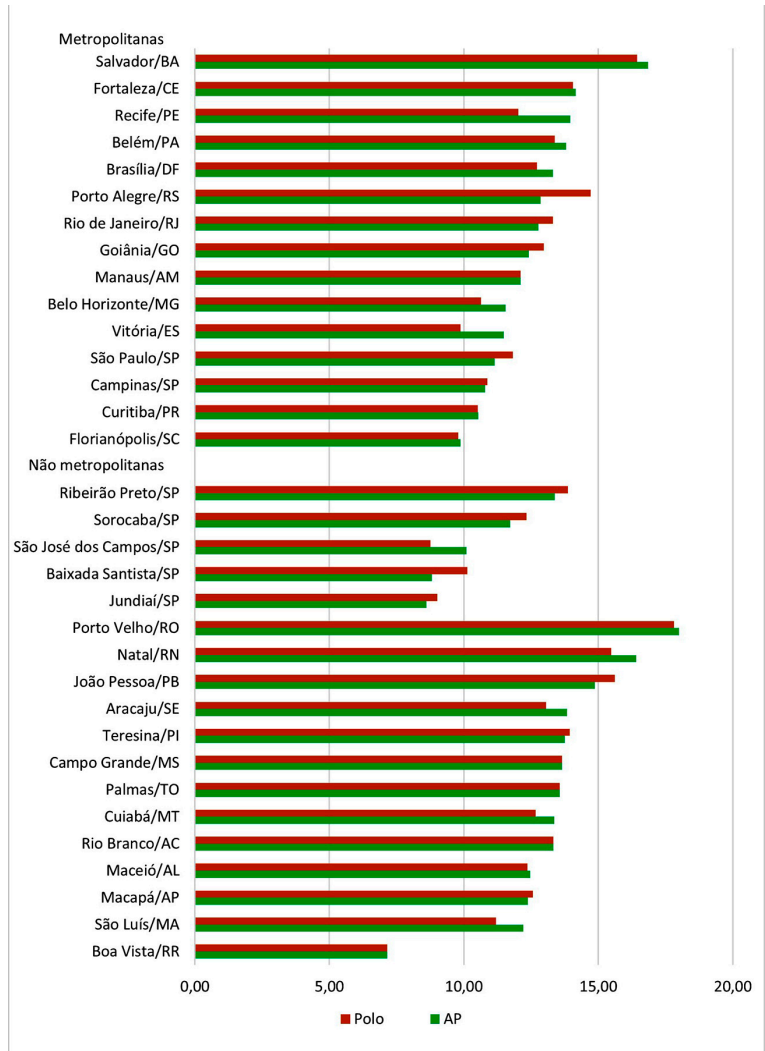
Complementarmente à existência de domicílios, no tocante à atenção por serviços de saneamento básico, a rede de água mostrou-se mais ampla que a de esgotamento sanitário,

Gráfico 7 – Brasil: taxas geométricas de crescimento anual dos domicílios particulares permanentes e da população total nas grandes concentrações urbanas 2010-2022



Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

Gráfico 8 – Brasil: proporção de domicílios particulares permanentes vagos nos APs e polos das grandes concentrações urbanas 2022



Fonte: IBGE – Censo Demográfico.



e mesmo domicílios que se valiam de formas alternativas de acesso à água, ou seja, que se encontravam fora da rede, possuíam canalização interna. Entre os recortes, as maiores deficiências encontravam-se nos DMs que, embora 91,3% dos DPPOs tivessem canalização interna e 80,8% dispusessem de coleta de lixo domiciliar, apenas 72,8% estavam ligados à rede de água tratada e 41,1% à rede de esgotos (Tabela 6). Dado alarmante é que o País ainda registrou 0,5% dos DPPOs ocupados sem instalações de banheiro ou sanitário no domicílio, o que em números absolutos corresponde a 336.909 domicílios, dos quais 91,3% situados no recorte dos DMs.

No oposto, as GCMs dispunham de rede de água, canalização interna e coleta de lixo em mais de 90% dos DPPOs. Porém, apesar de ser o recorte mais bem servido por rede de esgotamento sanitário, o serviço só atendia a 82,9% dos domicílios. Os demais recortes também

tinham nesse serviço os menores índices de atendimento, sendo as MCs com melhor desempenho que as GCNMs.

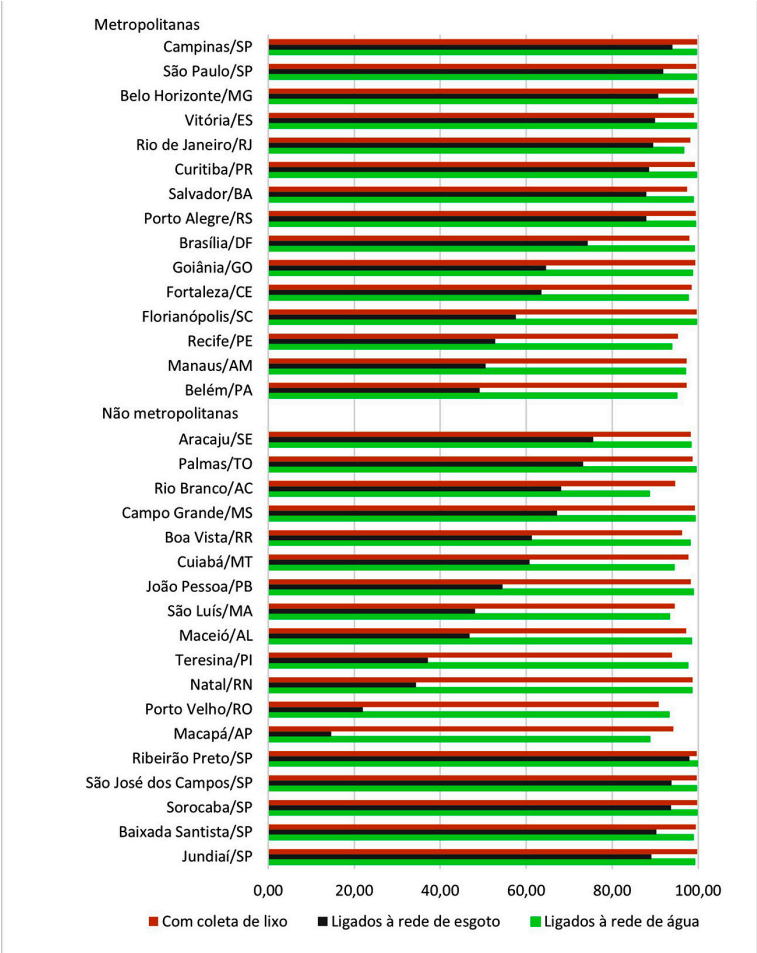
Com foco nos dois primeiros recortes, tem-se nas GCMs o serviço de rede de água a mais de 90% dos domicílios em todas as unidades, sendo os menores percentuais de cobertura verificados nos APs de Recife (93,9% de DPPOs atendidos), Belém (95%) e Rio de Janeiro (96,6%) – Gráfico 9. A rede de esgotos atendia a mais de 90% dos DPPOs das unidades da região Sudeste, reduzindo essa cobertura, nas demais regiões, até extremos inferiores nas unidades de Belém (49,1%), Manaus (50,6%), Recife (52,8%) e Florianópolis (57,6%). A coleta de lixo mostrava-se mais abrangente, servindo a mais de 99% dos DPPOs de Goiânia e à totalidade das unidades das regiões Sul e Sudeste, exceto Rio de Janeiro (98,1%). O menor atendimento ocorreu no AP de Recife (95,3%).

Tabela 6 – Brasil: número de domicílios particulares permanentes ocupados e proporção no total por condição de saneamento básico em 2022, segundo recortes de análise

| Recorte de análise                       | Total DPPO | % ligados à rede de água | % ligados ou fora da rede, mas com canalização interna | % ligados à rede de esgotamento sanitário | % sem banheiro ou sanitário | % lixo coletado |
|------------------------------------------|------------|--------------------------|--------------------------------------------------------|-------------------------------------------|-----------------------------|-----------------|
| Grandes concentrações metropolitanas     | 25.914.908 | 91,6                     | 98,4                                                   | 82,9                                      | 0,0                         | 98,7            |
| Grandes concentrações não metropolitanas | 5.919.398  | 87,7                     | 97,6                                                   | 66,0                                      | 0,1                         | 97,8            |
| Médias concentrações                     | 14.331.167 | 88,7                     | 98,0                                                   | 74,4                                      | 0,1                         | 96,6            |
| Demais municípios                        | 26.290.895 | 72,8                     | 91,3                                                   | 41,1                                      | 1,3                         | 80,8            |
| Brasil                                   | 72.456.368 | 83,9                     | 95,7                                                   | 64,7                                      | 0,5                         | 91,7            |

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2022.

Gráfico 9 – Brasil: condições do domicílio quanto ao saneamento básico das grandes concentrações urbanas 2022



Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

Nas GCNMs, a capital de UF Campo Grande e todas as unidades paulistas tinham mais de 99% de cobertura dos DPPOs por coleta de lixo e pela rede de água, nesse caso incluindo também Palmas. Ambos os serviços atendiam a mais de 90% dos domicílios das demais unidades, exceção ao de água, em que Macapá e Rio Branco, com os menores valores, atendiam

a 88% dos domicílios. No caso da rede de esgoto sanitário, a heterogeneidade é maior: somente as cinco GCNMs paulistas superavam 90% dos domicílios atendidos, enquanto seis unidades tinham menos de 50% de DPPOs servidos, entre elas todas as capitais de UFs do Norte e Nordeste, com o extremo no AP de Macapá, com apenas 14,7% de cobertura.

## Considerações finais

A organização e análise dos resultados do Censo Demográfico de 2022 evidenciaram elementos importantes que caracterizam o processo de metropolização no País. Ao mesmo tempo, deram margem a apontar desafios a serem enfrentados no âmbito da pesquisa, da formulação de políticas públicas e da gestão urbana.

Um dos grandes desafios decorre da difícil compreensão quanto à natureza das demandas de unidades plurimunicipais, que se expandiram e se multiplicaram no território ao longo dos últimos anos. A complexidade de gestão dessas unidades exige práticas cooperadas, que esbarram em uma estrutura político-institucional anacrônica às dinâmicas socioespaciais.

Como captado nas informações censitárias, é inegável a relevância das grandes concentrações urbanas, metropolitanas ou não metropolitanas, nas dinâmicas populacionais sobre o território. Mesmo que, como foi observado de modo geral no País, tenha ocorrido redução nas taxas de crescimento das metrópoles, com alguns casos de perdas populacionais, a evolução ao longo do período analisado mostra não ter afetado a predominância dessas unidades na concentração da população e no grau de urbanização do País. Mesmo diminutas, as taxas incidem sobre bases populacionais elevadas, resultando em grandes acréscimos de novos residentes e sinalizando uma redistribuição interna entre municípios da unidade (Cunha et al., 2020). Ademais, espaços metropolitanos mais recentes ou algumas capitais de UFs não metropolitanas apresentaram taxas e incrementos muito elevados, por vezes superiores ao dobro da taxa do País. As pequenas perdas populacionais foram frequentemente incidentes sobre poucos municípios.

A distribuição espacial desse crescimento reproduz um padrão da expansão sob impulsos de implosão – com adensamento dos polos e municípios periféricos imediatos – e explosão, alcançando áreas cada vez mais distantes, contínua ou descontinuamente (Lefebvre, 1991). Processo no qual persistem a urbanização concentrada e a estendida, conformando extensas regiões urbanas (Brenner, 2013, 2014) e configurando arranjos espaciais num amálgama das escalas urbana, metropolitana e regional (Soja, 2013). Ao mesmo tempo, disseminaram-se formas características metropolitanas por todo o território (Lencioni, 2017).

A configuração morfológica que se expande, consolidada em áreas de elevado crescimento no entorno das grandes concentrações metropolitanas, tem como ápice a “macrometrópole” de São Paulo – uma unidade superlativa que aglutina um conjunto de grandes concentrações metropolitanas e não metropolitanas. Outras macroconfigurações se apontam no território, em diferentes regiões do País, reproduzindo similar integração entre diferentes unidades urbanas. Nessas morfologias é imperativa a implementação de políticas públicas adequadas às exigências do crescimento elevado da população e suas demandas por moradia, transporte, saneamento e outros serviços públicos, que ultrapassam a competência municipal, e se tornam funções públicas de interesse comum a mais de uma unidade político-administrativa.

Outro grande desafio é prover moradia digna e adequada à crescente população, particularmente aos segmentos carentes de renda, que cubram a vertiginosa valorização do solo urbano, amplificada na metropolização contemporânea. O crescimento do número de domicílios em ritmo mais acelerado que o da própria população, e a elevada proporção de domicílios vagos, contrasta com o também elevado déficit

habitacional presente no País. Confirmam a intensa dinâmica de negócios imobiliários, que alimenta a expansão física e a produção extensiva do espaço metropolitano construído, movida muito em função da oferta de residências para segmentos abastados da população, grandes equipamentos de serviços, consumo e entretenimento, além de infraestruturas imprescindíveis ao movimento de expansão da área ocupada (Lencioni, 2017; Mattos, 2016).

Compreender e confrontar as lógicas dessa contradição e atender à demanda por moradia para moradores com menor ou sem rendimento é, portanto, inadiável. Políticas voltadas ao controle do uso do solo e resgate do cumprimento da função social da propriedade urbana devem ser generalizadas a todas as unidades analisadas, de modo a combater a especulação sobre imóveis urbanos, que desencadeia não só a ocupação periférica com a extensão física desmesurada da cidade, como a sujeição de determinados segmentos a viver em áreas desprovidas dos serviços e infraestruturas fundamentais à sobrevivência em um ambiente saudável e seguro.

Acirra a urgência desse desafio a indispensável provisão de boas condições de saneamento, para garantir a salubridade dos domicílios e suas pessoas residentes. Os dados do Censo apontam carências mais evidentes entre as unidades não metropolitanas que constituem capitais de UFs, todas em franco crescimento populacional urbano, particularmente nas unidades do Norte e Nordeste do País, que apresentam os extremos de déficit no atendimento. Ocorrem também de forma generalizada entre os municípios nos quais a urbanização ainda se faz um pouco mais lenta.

Outro desafio demarcado pela leitura realizada está em acolher e investir no potencial de um país diverso como o Brasil retratado pelas informações censitárias. As características da

população reforçam que as políticas urbanas devem estar adequadas à diversidade e à heterogeneidade do território brasileiro. Cada recorte de análise e, internamente a eles, cada concentração urbana ou município requer políticas específicas à sua composição por cor ou raça e ao perfil etário e razão de sexo da população.

No que se refere a cor ou raça, constatou-se presença marcante da população parda e branca, em proporções que se invertem à medida que se deixa as unidades do Sul e São Paulo e se adentra nas demais regiões do País. Populações preta, indígena e amarela demarcam sobressalências: a preta, fortemente presente na unidade de Salvador e em outras do Nordeste; a amarela, fundamentalmente nas do estado de São Paulo; e a indígena, com forte presença nas unidades do Norte e Centro-Oeste brasileiro. No que concerne às populações negras (pretas e pardas) e indígenas, essa composição por cor ou raça requer políticas que tenham caráter afirmativo. Requerem também políticas que sejam imperativas na defesa da homologação de seus territórios específicos, em atenção ao contingente elevado das populações desprotegidas das garantias de morar, particularmente a indígena e a quilombola.

A diversidade no perfil etário da população manifesta-se nitidamente no território. As unidades metropolitanas, com os maiores índices de envelhecimento e as mais elevadas idades medianas, encontram-se no Sul e Sudeste. As mais jovens, com os menores índices de envelhecimento se encontram nas unidades do Norte e Centro-Oeste, sendo Boa Vista a mais jovem capital. Dessa forma, há unidades em que as políticas para a população até 14 anos de idade são mais prementes, em outras são urgentes políticas voltadas à população idosa, que vem alterando a pirâmide etária de muitas UFs. Generalizadamente, são necessárias políticas que acolham a predominância feminina

na população, subsidiem sua inserção no mercado de trabalho e enfrentem sua vulnerabilidade de gênero.

As informações censitárias já divulgadas se confirmaram preciosas para se traçar esse retrato do País em 2022, como também de sua evolução nas décadas iniciais dos anos 2000. Além de dados sobre o perfil social da população e sobre os processos migratórios, publicados após o finalizar desta leitura, ainda se aguardam informações sobre os movimentos pendulares da população para trabalho e estudo. Esse conjunto certamente subsidiará novas caracterizações, novas hipóteses e o redesenho de configurações espaciais a partir dos fluxos e conexões entre as unidades analisadas.

É inequívoco salientar que o Censo é a única fonte que disponibiliza informações para cada unidade territorial do País, coletadas nos mesmos períodos, sistematicamente a cada década (em que pese o recente atraso de dois anos) e sob a mesma metodologia, que se aprimora e se ajusta, sem comprometer a possibilidade de análises evolutivas e comparativas. Informações que são de fácil acesso e operacionalização, imprescindíveis à pesquisa e formulação de políticas públicas, particularmente para um país com a grande dimensão do Brasil. Em posse delas, desconhecer o território ou ignorar suas necessidades será, de fato, negligência.

[1] <https://orcid.org/0000-0003-1702-0617>

Pesquisadora autônoma. Curitiba, PR/Brasil.  
rmoura.pr@gmail.com

## Notas

(\*) Este artigo se articula e amplia, pela inserção de novas informações, o publicado na *E-metropolis*, Rev. Eletrônica de Est. Urb. e Regionais, v. 15, ano 2024, intitulado “Metropolização: o que mostram os primeiros resultados do Censo 2022”, da mesma autora.

(1) Para este trabalho, antecipou-se o ajuste populacional, com dados de 2022, para classificação dos municípios e APs entre as concentrações urbanas, o que levou à inserção de 19 municípios e 9 APs entre as MCs, diferindo, portanto, da relação original disponibilizada pelo IBGE, até o momento não atualizada.

## Referências

- ABDAL, A. (2009). *Desenvolvimento e espaço: a formação da macrometrópole paulista*. São Paulo, Papagaio.
- BRENNER, N. (2013). "Introduction: urban theory without an outside". In: BRENNER, N. (ed.). *Implosions/explosions. Towards a study of planetary urbanization*. Berlin, Jovis, pp. 14-32.
- \_\_\_\_\_. (2014). Teses sobre a urbanização. *E-metropolis*, n. 19, ano 5, pp. 6-26, dez.
- CUNHA, J. M. P. da; SILVA, K. A. A. da; FARIAS, L. A. C. de; ORTEGA, G. M.; SPONCHIADO, D. F. (2020). Notas sobre la redistribución espacial de la población en el marco de las tendencias de metropolización en el Brasil a principios del siglo XXI. *Notas de Población, Cepal*, n. 110, pp. 157-188, jan/jun.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2024). *Déficit habitacional no Brasil. Painéis interativos de dados*. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/> Acesso em: 20 mar 2025.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016). *Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE.
- \_\_\_\_\_. (2020). *Regiões de influência das cidades: 2018*. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?edicao=28033&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 20 mar 2025.
- \_\_\_\_\_. (2022). *Censo Demográfico 2022*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/22827-censo-demografico-2022.html?t=destaques>. Acesso em: 20 mar 2025.
- LEFEBVRE, H. (1991). *O direito à cidade*. São Paulo, Moraes.
- LENCIONI, S. (2017). *Metrópole, metropolização e regionalização*. Rio de Janeiro, Consequência.
- MATTOS, C. A. (2016). Financiarización, valorización inmobiliaria del capital y mercantilización de la metamorfosis urbana. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 18, n. 42, pp. 24-52.
- MOURA, R. (2024). Metropolização: o que mostram os primeiros resultados do Censo 2022. *E-metropolis*, Rev. Eletrônica de Est. Urb. e Regionais, v. 15, 15 abr.
- SOJA, E. (2013). Para além de postmetropolis. *Revista UFMG*. Belo Horizonte, v. 20, n. 1, pp. 136-167.

### Contribuição de autoria

Rosa Moura: análise formal; investigação; metodologia; redação–rascunho original; redação–revisão e edição.

### Declaração de Disponibilidade de Dados

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Editores: Lucia Bógus e Luiz César de Queiroz Ribeiro

Organizadores deste número: Suzana Pasternak e Luís Felipe Aires Magalhães

Texto recebido em 24/mar/2025

Texto aprovado em 25/jul/2025